



A estação de trem e a Rua XV, em Joinville, no ano de 1907.
FONTE: Portal SBS



população, dono do mais importante e diversificado pólo industrial do estado de Santa Catarina.

O crescimento acelerado da cidade significou, depois da década de setenta, sua rápida urbanização e a paulatina transformação da paisagem urbana. Hoje, Joinville ainda guarda uma parcela significativa do patrimônio construído pelos imigrantes da Colônia Dona Francisca, mas boa parte do acervo foi descaracterizada ou mesmo destruída.

COLÔNIA LEOPOLDINA

Sua fundação data de 1852 – através da Lei da Província nº 234 de 30 de abril de 1851 –, no Alto Vale do Biguaçu – entre os rios Biguaçu e Tijucas Grande. Era vizinha da Colônia Belga e foi formada originalmente por cerca de 55 colonos alemães e mais alguns belgas.

COLÔNIA MILITAR SANTA TEREZA

Criada a partir do regulamento para a criação de Colônias Militares no Império Brasileiro, através da Lei nº 729 de 9 de novembro de 1850.

Foi instalada no caminho entre a capital e o planalto e, sendo uma colônia militar, formada a partir da fixação de praças e suas famílias.

COLÔNIA ITAJAÍ - BRUSQUE

As medições para a instalação de um novo empreendimento no vale do Itajaí-Mirim – onde, desde 1836, encontrava-se a Colônia Itajaí – iniciaram-se em junho de 1856 e foram finalizadas em março de 1858, totalizando 37.000 braças quadradas, em local onde já se achavam encravadas numerosas propriedades.

Os primeiros 59 colonos, de origem germânica, chegaram acompanhados do próprio Presidente da Província, em 4 de agosto de 1860.



Mapa da Colônia Itajaí e Príncipe Dom Pedro.

FONTE: Arquivo Histórico Nacional.

Vinha com eles o primeiro Diretor da Colônia, o Barão de Schneeberg. Amparada pelo governo, a colônia conheceu rápido desenvolvimento, a ponto da população, no final do ano de 1860, depois de novas levas de imigrantes, já alcançar o número de 90 famílias e 406 pessoas. Em 1862, foram listados os seguintes ofícios em Brusque: 8 sapateiros, 6 alfaiates, 5 carpinteiros e padeiros, 4 músicos e ferreiros, 3 marceneiros, pedreiros e tecelões, 2 carpinteiros de carros, oleiros, mineiros e jardineiros, 1 espingardeiro, canteiro, funileiro, relojoeiro, ourives e curtidores. Em 1863 já seriam 965 pessoas, sendo 139 casais católicos, 53 protestantes e 12 mistos. Em 1867, os habitantes de Brusque já seriam 1448, segundo Oswaldo Cabral. O empreendimento, desde os primeiros anos, passou a ser chamado de Colônia Brusque, em homenagem ao Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, que desde a criação demonstrou grandes cuidados com seu desenvolvimento.

A área da colônia sofreu nova ampliação em 1866, com a incorporação da Príncipe Dom Pedro. Em 1875 ultrapassou o divisor de águas entre os rios Itajaí-Mirim e o Tijucas, rumando em direção a este.

Oswaldo Cabral observa, acerca do desenvolvimento da colônia e do papel governamental, que “não se deve subestimar os sacrifícios e os trabalhos dos pioneiros desta instalação colonial que em vinte anos conseguia emancipar-se e em menos de um século se tornaria um dos mais prósperos municípios de Santa Catarina. Não se deve negar o valor desses homens que se expatriavam para vir, em busca de dias melhores para suas famílias, construir, uma pátria nova, uma nova existência. Todavia não se deve exagerar nem transformar aquilo que lhes era um benefício numa obrigação capaz de reduzir as suas possibilidades e de entravar as suas atividades, suprindo com a imaginação o desconhecimento dos documentos. Antes de decorrido um mês da chegada dos colonos já havia ali um agrimensor a inspecionar e reabrir as

Ottokar Döerfel

Em agosto do mesmo ano [1857], assumiu o cargo de contador e tesoureiro da Colônia Dona Francisca o Sr. Ottokar Döerfel. Não podemos deixar de destacar a atuação de Döerfel na fundação da colônia agrícola São Bento. Na sua qualidade de advogado e antigo prefeito de sua cidade natal de Glauchau - Saxônia, Döerfel emigrou por motivos políticos, em 1854, radicando-se em Joinville. Grande estimulador da vida social e cultural, Döerfel fundou o *Kolonie-Zeitung* e diversas sociedades recreativas. Seu nome ficou intimamente ligado com os tempos primórdios de São Bento.

São Bento do Sul - Subsídios para sua história - Carlos Ficker - pág 23

picadas anteriormente feitas e as primeiras famílias iniciadas no labor fecundo da terra. Ao lado do agrimensor, um prático acudia os indispostos e enfermos e quinze soldados protegiam o estabelecimento contra o temido ataque dos silvícolas...embora desarmados...O trabalho era regulado por um diretor que antes de mais nada zelava pelos interesses de seus dirigidos. O governo estava, pois, dentro das suas possibilidades, assistindo eficientemente a colônia e os colonos mostravam-se satisfeitos. E, num gesto que faz lembrar velhas práticas religiosas, ao Presidente da Província, que haviam por seu protetor, ofereceram as primícias dos frutos da terra, resultantes do seu labor.

COLÔNIA NACIONAL ANGELINA

“Visando a um melhor aproveitamento do braço nacional, e tendo em vista o excesso de população sem terras, nas áreas litorâneas de Santa Catarina, fruto da má distribuição das sesmarias aos açorianos e seus descendentes, propôs o Presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque ao Governo Imperial a fundação de uma colônia, o que lhe foi autorizada por Aviso de 30 de novembro de 1859”.

A colônia foi implementada em terras devolutas, às margens do Ribeirão de Mundéus, próxima à antiga estrada São José – Lages, em 1866.

A proximidade com Santa Isabel e a relativa precariedade das instalações dessa colônia frente a Angelina favoreceram a inserção de colonos alemães na colônia, que deveria ser exclusivamente nacional, resultando numa mescla desses dois elementos.

COLÔNIA SÃO BENTO

Extensão da Colônia Dona Francisca, a atual cidade de São Bento do Sul é consequência direta do grande empreendimento que foi a ligação do litoral com o planalto, abrindo-se o caminho que primeiramente chamou-se “Estrada da Serra”, para logo encampar o nome pelo qual é até hoje conhecida: “Estrada Dona Francisca”. A construção desta estrada foi estratégica nos destinos da colônia, pois além de possibilitar mais tarde o comércio e o beneficiamento da erva-mate, criava alternativas de trabalho para os imigrantes, permitindo principalmente para os recém chegados, meios de

São Bento do Sul, bairro de Oxford e panorâmica do centro, em 1920.

FONTE: Portal SBS





MAPPA
 DO DISTRICTO DA COLONIA
DONA FRANCISCA
 E
São Bento.
 1878.

Scale 1:25,000
 0 1 2 3 4 Kilometers

Scale of Map
 1:25,000

SÃO BENTO
 Scale 1:10,000



JOINVILLE
 Scale 1:10,000



Mapa da expansão da Colônia Dona Francisca que deu origem a São Bento do Sul, 1875. Na página anterior, Colônia Dona Francisca e São Bento em 1878.

FONTE: Arquivo Histórico Nacional

subsistência até que pudessem tirar da terra o seu sustento.

Alcançado o planalto, foi possível contornar problemas populacionais já existentes na Dona Francisca, decorrentes do grande número de imigrantes chegados e da ausência de lotes demarcados e prontos para a ocupação. Com a expansão da Colônia rumo ao planalto, abriu-se um novo estoque de terras férteis, valorizadas pelo clima, pela fertilidade do solo e pela maravilhosa paisagem da região. Estes atributos foram então amplamente divulgados, atraindo imigrantes de variadas regiões, em especial, segundo Walter Piazza, “do Império Austro-Húngaro, quer fossem austríacos, tchecoslovacos, pomeranos, galicianos (poloneses), ou, ainda, dinamarqueses”. Segundo Carlos Ficker, os 70 “Pais de Famílias”, enviados ao alto da serra, levaram “dois dias de penosa viagem, transportando as suas ferramentas, sementes e mantimentos em lombo de burro”, para alcançar o local onde iniciou-se, a 22 de setembro de 1873 a “nova Colônia São Bento”.

O INCREMENTO ITALIANO A PARTIR DE 1875

Em decorrência da assinatura do Contrato Caetano Pinto, grandes levas de imigrantes italianos começaram a chegar a Santa Catarina a partir do final de 1874. Foram inicialmente estabelecidos às margens das colônias já implementadas – especialmente da Blumenau e também da Colônia Brusque. Porém, devido ao grande contingente que chegava, novas colônias – predominantemente de italianos – foram estabelecidas às margens do Rio Tijucas e no sul catarinense.

ITALIANOS NO VALE DO RIO ITAJAÍ (EXPANSÕES DA COLÔNIA BLUMENAU)

Rio dos Cedros

Após um mês de viagem, os primeiros trentinos aportaram em Itajaí em dezembro de 1874. Daí rumaram à Colônia Blumenau, de onde foram transportados até as margens do Rio dos Cedros, seguindo a Estrada Pomeranos. Com a rápida e crescente ocupação da região, transpuseram o divisor de águas, em direção aos afluentes do Itapocu. Outra leva de imigrantes, chegada entre 1875 e 1876, povoa também a Picada Tiroleses, formando a base do atual município de Rio dos Cedros.

Hoje, a influência do elemento italiano na região é facilmente percebida na paisagem e nos hábitos da população.

"Picada de Rodeio"

A área situada além da confluência entre os rios Benedito e Itajaí-Açu recebeu, a partir de 1875, levas de trentinos e também de imigrantes provindos de Verona, Cremona, Brescia, Treviso e outras áreas da península itálica. As primeiras 120 famílias, originárias da região de Trento, aportaram em Itajaí em agosto de 1875. A partir daí, foram conduzidas em barcos até a sede da Colônia Blumenau.

Ascurra

Localizados às margens do Ribeirão São Paulo e do Rio Guari-canas, nas proximidades do Rio Itajaí-Açu, imigrantes oriundos da Lombardia e do Vêneto fixaram-se na região a partir do final de 1876. Deram início a um dos municípios mais marcadamente influenciados por imigrantes italianos: Ascurra, denominação devida à homenagem do Dr. Blumenau à vitória das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai.

A chegada à região era árdua: os pioneiros foram desembarcados no porto de Itajaí, depois da penosa travessia do Atlântico, e conduzidos por via fluvial até a sede da Colônia Blumenau, alojando-se no barracão dos imigrantes. Daí seguiram em carroções até as margens do Ribeirão Warnow e, por uma picada, até o Ribeirão São Pedrinho.

Apiúna

O atual município de Apiúna foi formado a partir do deslocamento de um grupo de famílias provenientes de Rio dos Cedros, Rodeio e Ascurra, que decidiu rumar mais para o oeste a partir de 1878. Tratava-se da continuidade da penetração pela região do Itajaí-Açu, até as encostas da Serra Geral. Mais tarde, levas de alemães e poloneses juntaram-se ao núcleo de povoadores italianos originais.

Colônia Luís Alves

A demarcação dos primeiros lotes dessa colônia iniciou-se em dezembro de 1876, quando uma comissão encarregada de discriminar as terras públicas das privadas no município de Itajaí rumou para o Rio Luís Alves.

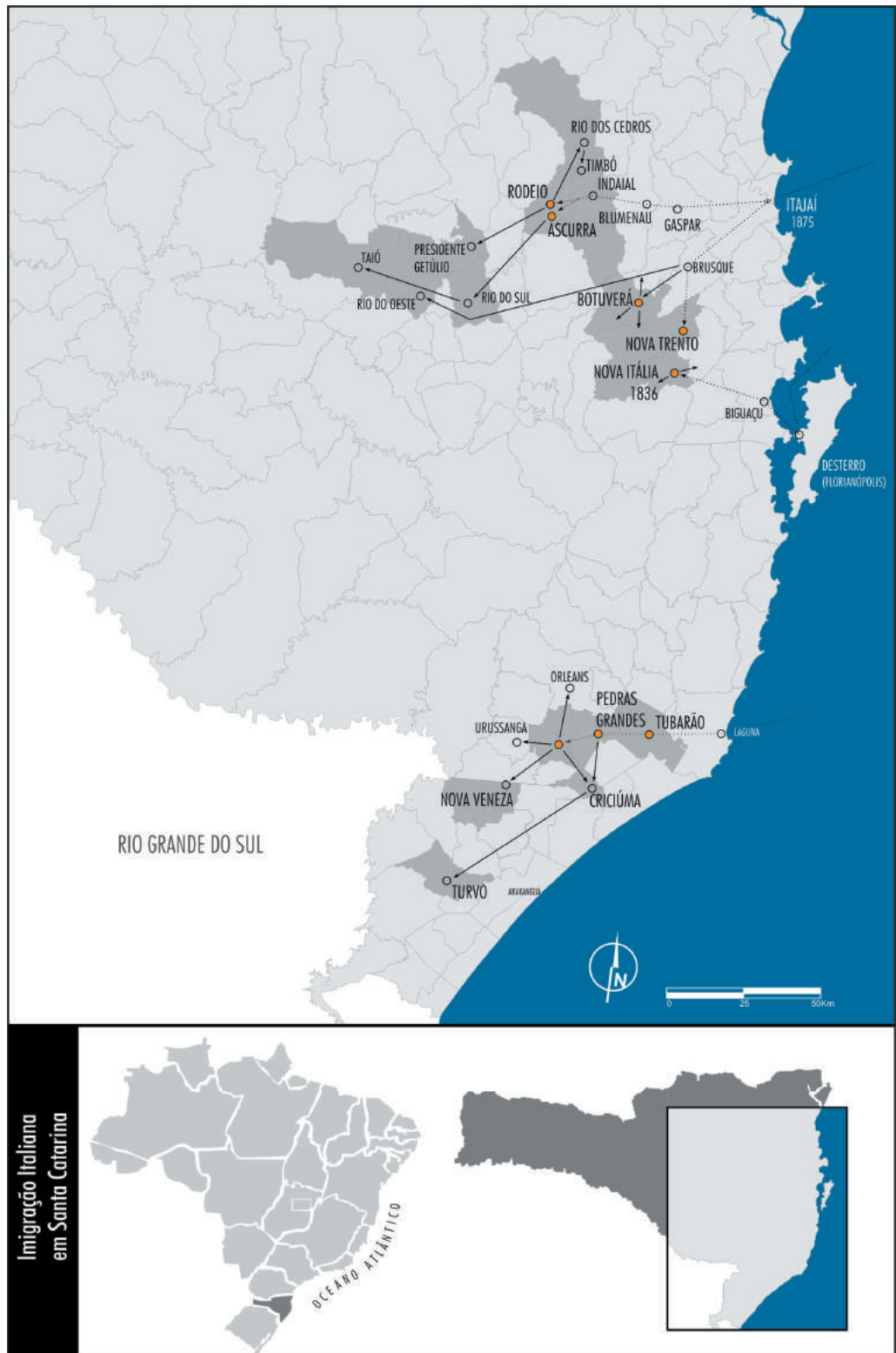
O povoamento da colônia teve início em novembro de 1877, quando a área começou a receber imigrantes italianos, austríacos e alemães, que foram distribuídos às margens dos rios Luís Alves, Braço do Norte e do Ribeirão Máximo. Colonos nacionais complementam a ocupação da colônia e foram fixados às margens dos ribeirões Serafim e Braço Seco.

A colônia foi extinta pelo Aviso Ministerial de 9 de abril de 1880, como decorrência de uma solicitação do governo da província frente a revoltas desencadeadas pelos colonos.

VALE DO ITAJAÍ - MIRIM E DO TIJUCAS (ITALIANOS NA COLÔNIA BRUSQUE)

Os núcleos de Porto Franco e Nova Trento surgiram a partir da introdução do elemento italiano na Colônia Brusque, a partir de 1875. O primeiro, em decorrência da região montanhosa onde foi instalado, permaneceu isolado e, em pouco tempo, desintegrou-se.

Nova Trento, povoada inicialmente por trentinos e milaneses, prosperou mais que o distrito de Porto Franco. Até 1880, cerca de 11.000



FONTE: PIAZZA, Walter. A Colonização de Santa Catarina

Imigração Italiana em Santa Catarina

peças chegaram à localidade. Mesmo assim, muitos foram os imigrantes que rumaram para outros núcleos do estado, ou mesmo para outros estados e países.

REGIÃO SUL

Visto o excedente de italianos que chegava à província desde 1875, que as colônias Blumenau e Brusque já não davam conta de hospedar,

o Governo Imperial resolveu abrir novas frentes de expansão coloniais em terras até então inexploradas, às margens do Rio Tubarão, no sul de Santa Catarina.

Colônia Azambuja

A demarcação das terras ao sul de Santa Catarina foi iniciada em janeiro de 1877. Em abril do mesmo ano chegaram os primeiros imigrantes que, na confluência do Rio Pedras Grandes com o Tubarão, fundaram a Colônia Azambuja.

A partir da sede da colônia abriram-se caminhos vicinais, ao longo do Rio Pedras Grandes e de seus afluentes, para onde foram encaminhados os colonos italianos.

Em 1878, novas levas de imigrantes foram levadas do vale do Tubarão para o Rio Urussanga, onde instalou-se uma sede secundária da colônia. Outras sedes foram acrescidas posteriormente – Treze de Maio, Acioli de Vasconcelos e Criciúma.

Em decorrência do crescimento demográfico, o chefe da comissão de demarcação de terras – o engenheiro Vieira Ferreira – propôs a emancipação da colônia, efetivada pelo Decreto nº 2.366 de 31 de dezembro de 1881.

Colônia Grão-Pará

Situadas no Vale do Rio Tubarão, as terras da Colônia Grão-Pará faziam parte do dote matrimonial da Princesa Dona Isabel, que havia se casado com o Príncipe Gastão d'Orleans (Conde d'Eu) em 1864, mesmo ano em que foi promulgada a lei que regulamentava os dotes das filhas de Dom Pedro II.

Através de contrato assinado com Joaquim Caetano Pinto Júnior, em 1881 iniciaram-se os trâmites para a efetivação da colônia, que recebeu os primeiros imigrantes, provenientes de Gênova, em 1883. Formavam um grupo de 22 famílias, perfazendo o total de 132 pessoas.

Seu crescimento transformou-a em distrito de Tubarão, em 1888.

Com a Proclamação da República, o Conde D'Eu vendeu o restante de suas terras, transferidas à Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil.

Colônia Jaraguá

Situadas nas margens do Rio Itapocu, as terras destinadas à Colônia Jaraguá também faziam parte do dote matrimonial da Princesa Isabel. A medição do patrimônio da princesa iniciou em 1872 e, em 1879, chegaram os primeiros imigrantes alemães, via Colônia Dona Francisca. Vieram, em seguida, italianos, reimigrados da Colônia Blumenau, especialmente de Rio dos Cedros.

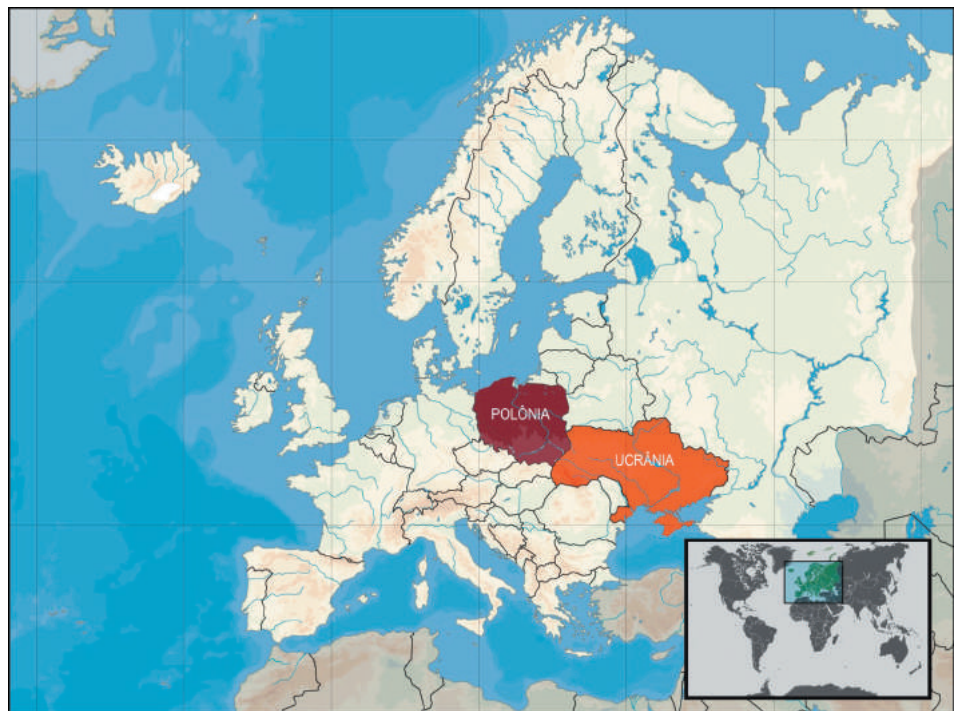
ESLAVOS EM SANTA CATARINA

A história dos povos eslavos, que até 960 d.C. existiam de forma coesa, é marcada por sucessivas separações e unificações, determinadas, principalmente, por tensões de ordem religiosa. As fragmentações se iniciaram com a divisão do Império Romano, no ano de 395 d.C., em Império Romano do Ocidente (vinculado à Roma) e Império Romano do Oriente (de cultura grega, vinculado a Constantinopla e à Igreja Ortodoxa).

A Polônia só surgiu, historicamente, entre 960 e 992, e em 966 foi convertida ao cristianismo.

A Ucrânia fazia parte do território do Principado de Kiev, que existiu entre 800 e 1100 d.C. e reunia parte dos povos eslavos orientais, entre eles ucranianos, bielorrussos e russos. Em 988 d.C., o imperador Valdomiro, o Grande, introduziu o cristianismo em seu império, formatando a Igreja Ortodoxa da Rus de Kyiv (como era chamado o Principado de Kiev).

Em 1054, a Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica foi dividida em: Igreja Católica Apostólica Ocidental (com rito romano, sede em



Roma e sob autoridade do Papa, hoje conhecida como Igreja Católica Apostólica Romana) e Igreja Católica Apostólica Oriental (com rito grego, sede em Constantinopla e sob a autoridade do Patriarca Ecumênico, hoje chamada Igreja Ortodoxa).

Em 1569, com a assinatura do tratado de união entre Polônia (de cultura ocidental) e Lituânia (atual Ucrânia, de cultura oriental), a Igreja Ortodoxa foi dividida em duas: a Igreja Ortodoxa Ucraniana (que em seguida foi submetida à Igreja Ortodoxa Moscovita, de Moscou, retomando sua autocefalia apenas em 1921), sob jurisdição de Constantinopla, e a Igreja Greco-Católica Ucraniana, que se uniu a Roma.

Entre 1772 e 1795, a Polônia foi dividida entre a Prússia, Rússia e Austro-Hungria e, somente após a I Guerra Mundial começaram a surgir os novos estados. Polônia e Ucrânia passaram a existir definitivamente como estados-nação a partir de 1918.

Imigração para o Brasil

A imigração de eslavos para o Brasil se deu a partir de 1890. Mesmo provenientes de regiões com culturas diversas, poloneses e ucranianos são, no início, genericamente registrados como russos ou alemães, devido à condição política de seu território.

Poloneses

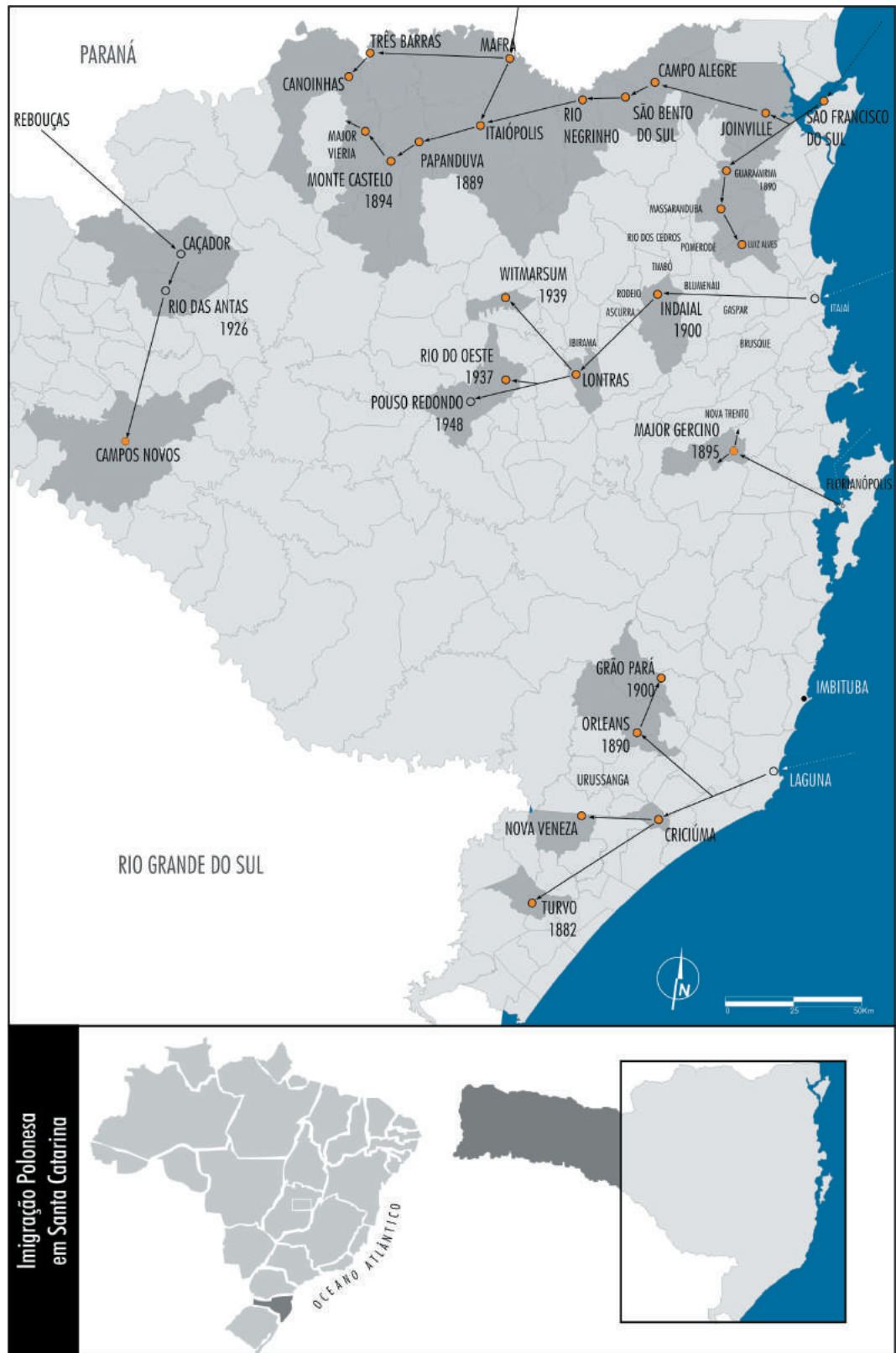
Desde 1869 até 1934, mais de cem mil poloneses se fixaram no Brasil, sendo os estados do Paraná e Rio Grande do Sul os que receberam a maior parte desse contingente (49.415 e 41.513, respectivamente). Santa Catarina acolheu 6.350 imigrantes poloneses, e o restante (aproximadamente 8.000) foi distribuído por outros estados.

Entre 1872 e 1878, aproximadamente 1850 pessoas emigraram das províncias prussianas, especialmente da Síria e da Pomerânia, para o Brasil. Em 1890, esse número cresceu abruptamente, chegando a ser reportadas mais de 30.000 pessoas em um só ano, movimento que ficou conhecido como “febre polonesa”.

Santa Catarina foi o estado meridional que recebeu a menor cota de imigrantes poloneses, sendo esses estabelecidos, na maioria das vezes, às margens de colônias alemãs e italianas já existentes na capitania.

O primeiro grupo chegou ao porto de Itajaí no vapor *Victoria*, em agosto de 1869, proveniente da alta Silésia. Num total de 80 pessoas, o grupo estabeleceu-se na colônia Príncipe Dom Pedro, atual município de Brusque, na linha Sixteen Lots, abandonada por irlandeses. Esse grupo migrou, em 1871, para Curitiba. A segunda leva destinada à Colônia Itajaí chegou em 1875. Entre 1888 e 1890 chegaram novos imigrantes, originários da região de Tomaszov e Lódz, importantes centros têxteis da Polônia, o que contribuiu para o desenvolvimento da atividade têxtil da região. Foram os poloneses que ali construíram os primeiros teares manuais.

A partir de 1873, e em 1875 e 1878, ingressaram os primeiros poloneses na região de São Bento do Sul. Em 1880, iniciou-se a colonização polonesa no norte do Estado, no município de Papanduva, e, em 1882, um



FONTE: PIAZZA, Walter. A Colonização de Santa Catarina

Imigração Polonesa em Santa Catarina

grupo estabeleceu-se na localidade de Pinheirinho, atual Jacinto Machado.

Em 1890, chegaram as primeiras famílias polonesas a Criciúma, no sul do estado, fixando-se nas localidades de Linha Batista, Linha Cabral e Linha Anta. Muitos imigrantes chegaram por volta de 1891-92 no município de Grão-Pará. A presença polonesa já era sentida desde 1887 em Orleans.

**Ingresso de Imigrantes Poloneses na Província de Santa
Catarina**
1876-1890

Ano	Saídas da Rússia	Para o Brasil
1876	7.636	512
1877	7.005	1.583
1878	6.584	2.091
1879-1885	74.873	54
1886	33.783	169
1887-1889	105.495	133
1890	85.548	29.226

Fonte: PIAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história

O governo russo começou a reagir à evasão polonesa em fins de 1890-91, censurando correspondências e impedindo saídas do país, dificultando a emissão de vistos e passaportes. Além disso, foram distribuídos panfletos de contrapropaganda nas ruas e os padres também tentavam convencer os fiéis a não emigrar.

No entanto, as medidas não impediram que um grande contingente de poloneses resolvesse deixar seu país em busca de uma nova vida em outro continente.

Ucranianos

Os primeiros ucranianos que chegaram ao Brasil vieram da Galícia-Oriental e fundaram, em 1891, a colônia de Santa Bárbara, situada entre Curitiba e Ponta Grossa, no estado do Paraná.

Cerca de 20.000 imigrantes ucranianos desembarcaram em terras brasileiras entre os anos de 1895 e 1897. A maior parte dirigiu-se para o Paraná, estabelecendo-se nos arredores de Curitiba. Prudentópolis, Marechal Mallet, Dorizon, Antônio Olinto (antiga Colônia Água Amarela) e União da Vitória são algumas das localidades paranaenses colonizadas por grupos ucranianos. Em Santa Catarina, fixaram-se, principalmente, nas localidades de Iracema e Moema, que hoje fazem parte do município de Itaiópolis, na antiga Colônia Lucena, onde também foi essencial a presença polonesa.

A imigração ucraniana arrefeceu nos primeiros anos do século XX, tendo novo surto entre 1908 e 1914, por conta da campanha brasileira que solicitava mão-de-obra para a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Novos núcleos coloniais foram formados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nesse período, cerca de 18.500 ucranianos fixaram residência entre estes dois últimos estados. Até 1914, a imigração ucraniana no Brasil totalizava cerca de 45.000 pessoas.

Após a II Guerra Mundial houve nova pausa, sendo que, entre 1947 e 1951, mais de 7.000 ucranianos foram registrados nos portos brasileiros, dirigindo-se, dessa vez, prioritariamente para São Paulo.

Imagens antigas da Colônia
Lucena.
Planta da Colônia Lucena, de
1931.
FONTE: Arquivo Municipal

REFLEXOS DA POLÍTICA COLONIZADORA DA 1ª REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Com o objetivo de proporcionar um maior incentivo à colonização no Brasil, o governo criou várias novas colônias nacionais, pelo Decreto nº 163, de 16 de janeiro de 1890. Formou-se um novo aparato legislativo, que regulamentava a criação de Núcleos Coloniais. Os assuntos referentes à colonização passaram a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e constituiu-se o Serviço de Povoamento do Solo.

Em Santa Catarina, os reflexos da política nacional de incentivo à colonização são sentidos também pelo incremento da legislação e pela criação de novos núcleos coloniais.

A Colônia Federal Lucena

A Colônia Lucena foi fundada em 1891 pelo governo federal e, logo depois, transferida ao governo do Paraná. Está diretamente relacionada ao movimento conhecido como “febre polonesa”.

Oswaldo Cabral, na sua História de Santa Catarina, diz que:



“Os primeiros colonos chegaram em 1891 e eram de nacionalidade inglesa, ex-trabalhadores das fábricas de Londres, acrescidos de alguns polacos e russos. Em 1895, o governo passou para o Estado do Paraná os encargos da mesma, desistindo dos serviços de colonização da zona. Sob a direção do Estado foram, então, encaminhadas para o núcleo algumas famílias rutenas, idas de São Paulo e já afeitas à vida agrícola. Dois anos mais tarde, uma nova remessa se fez, contando-se também elementos de origem polonesa. Além destes, pela mesma época, se localizaram em Lucena muitos alemães que haviam saído de São Bento, aumentando assim a sua população”.

A demora na demarcação dos lotes foi um dos principais problemas que marcaram o início da colônia. Falta de alimentos, remédios e acomodações, bem como reclamações e incompreensões recíprocas, estavam na ordem do dia nos primeiros tempos. A situação se agravou quando sobreveio uma enchente, em meados de junho de 1891, e, em seguida, uma epidemia de tifo, conseqüência das más acomodações dos alojamentos.

Quando receberam os lotes, os imigrantes tiveram que enfrentar os problemas “tradicionais” daqueles que começavam vida nova do outro lado do Atlântico. Moradia precária, trabalho árduo na lavoura, espera pela primeira colheita e ataques dos índios. No caso da Colônia Lucena, eram os índios Xokleng que estavam estabelecidos no local quando da chegada do imigrante, o que causou não somente um choque cultural como um verdadeiro embate entre dois povos que estavam instalados na mesma região.

A Colônia Nova Veneza

Foi fundada em 1881, como um “burgo agrícola”, tarefa executada pela Cia. Metropolitana que, além de Nova Veneza, fez também a medição de Nova Trieste e Antonio Olinto.

A colônia recebeu mais de 2.000 imigrantes em 1881, todos italianos.

A SOCIEDADE COLONIZADORA HANSEÁTICA

“A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo tinha sido a única empresa alemã a se dedicar à introdução de colonos no Brasil. Durante o período principal de suas atividades, de 1850 a 1888, encaminhara 17.408 colonos à Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, fundando os núcleos coloniais de Joinville e São Bento do Sul. A partir de 1890 se tornava evidente que a Sociedade não seria capaz de continuar o seu programa de colonização, a não ser que se fundisse com uma empresa mais abastada.”¹⁰

Para que a fusão acontecesse, eram necessárias negociações com empresas que pudessem vir a se interessar pelo negócio. Disso ficou encarregado Carl Fabri, gerente da Sociedade desde 1887. Fabri iniciou as negociações em 1891, quando entrou em contato com um consórcio fundado por industriais e banqueiros da Renânia e de Berlim, ao mesmo tempo em que estabeleceu contatos com as autoridades do “Reich”, em especial os Ministros





1870

1870

Municipal

Soul

1870

do Interior, da Fazenda e do Comércio. Com o governo, discutiu-se a abolição do Registro von der Heydt, que desde 1859 proibia os agentes de emigração de angariar emigrantes para o Brasil em território prussiano.

Com relação às posições políticas e estratégicas referentes ao incentivo de um novo fluxo imigratório alemão para o Brasil, as opiniões divergiam. O Ministro do Comércio era favorável ao movimento, visto que as ações protecionistas adotadas pelos EUA haviam restringido as exportações alemãs para aquele país, fazendo-se urgente a exploração de novos mercados. O Ministro acreditava que o transplante de alemães para o Brasil faria com que o mercado brasileiro de produtos alemães aumentasse significativamente, desde que se conseguisse introduzir um número suficiente de novos colonos do outro lado do Atlântico.

Por outro lado, o Ministro da Fazenda era contrário a qualquer tipo de incentivo à imigração, visto que naquela época já havia emigrado um número significativo de poloneses da região de Poznan, então província da Prússia Ocidental, provocando uma defasagem na oferta de mão-de-obra para a lavoura.

De mesma opinião era o Ministro das Relações Exteriores, baseado nos pareceres do embaixador Dönhoff, em Petrópolis, e dos côsules Weber, do Rio, e Koser, de Porto Alegre, que desaconselhavam a emigração para o Brasil. Segundo eles, dentre outras questões, o governo brasileiro daria preferência à introdução de mão-de-obra assalariada nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste, em detrimento do desenvolvimento da pequena propriedade agrícola alemã. Além disso, a política nativista do Brasil procuraria fazer com que os imigrantes assimilassem a cultura local, fazendo-os esquecer a sua própria. Havia também os problemas de adaptação às terras nativas, além daqueles causados pela administração deficiente. Esses eram apenas alguns pontos colocados contra a emigração para o Brasil.

Somente a partir de 1894, com o fim da Revolução Federalista, é que a situação desfavorável se inverteu e foi possível retomar o projeto iniciado por Fabri em 1891.

Em 1895, após uma visita às áreas de colonização teuta, o embaixador alemão no Brasil, Krauel, emitiu um relatório extremamente positivo em relação à situação dos imigrantes e de seus descendentes no país. De acordo com o relatório, os alemães teriam alcançado uma forte posição econômica em Santa Catarina, dominando o comércio de importação. Joinville era considerada uma cidade alemã; a língua e a cultura haviam sido preservadas graças às escolas e às igrejas. Krauel lamentava apenas a pouca influência política dos teuto-brasileiros, devido ao número ainda insuficiente de imigrantes.

Juntava-se às impressões positivas de Krauel a iniciativa da maior companhia alemã de navegação transatlântica, Norddeutsche Lloyd, de Bremem, que tinha como sua principal atividade o transporte de emigrantes. Seu diretor, Heinrich Wiegand, ao visitar vários países do Cone Sul, chegou à conclusão de que o Brasil era o país mais propício à imigração, onde os colonos poderiam conservar sua cultura e sua língua.

Impressionado pelos argumentos de Wiegand e pelas infor-

mações de Krauel, o imperador ordenou que fossem estudados meios para promover a colonização alemã no Brasil. A Sociedade Colonizadora Hanseática foi finalmente fundada, pela fusão da Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo com o consórcio formado pelas principais companhias de navegação da Alemanha, juntamente com grandes casas comerciais, em meio aos novos bons ares que pairavam sobre a idéia da colonização alemã no Brasil.

O novo convênio que estabelecia a base para uma futura colonização em larga escala foi firmado a 28 de maio de 1895, em Florianópolis, entre o Governo de Santa Catarina, sob a administração de Hercílio Pedro da Luz, e Carl Fabry, como representante da Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo. Foram destinadas para tal fim as terras devolutas disponíveis nas zonas de São Bento, Blumenau, Curitiba e Lages, além de terrenos do ex-patrimônio do Conde e da Condessa d'Eu no Vale do Itapocorói.

Colônia Hansa

Para atender ao novo fluxo de imigrantes, estabelecido a partir da criação da Sociedade Colonizadora Hanseática e da assinatura do convênio com o Governo de Santa Catarina, foram criados quatro novos distritos coloniais que, juntos, formavam a Colônia Hansa:

- Itajaí-Hercílio: o maior e mais importante, localizado no então município de Blumenau, com sua sede Hammonia (hoje Ibirama);
- Itapocu, no então município de Joinville (área que hoje corresponde, em grande parte, a Jaraguá do Sul), com sede Hamboldt (hoje Corupá);
- Sertão de São Bento, entre Joinville e São Bento do Sul;
- Piraí, no ex-patrimônio do Príncipe de Schönburg-Waldenburg, no então município de Joinville.

A expectativa da sociedade era de introduzir, só no primeiro ano, mil colonos e que, passados cinco anos, fosse possível chegar a seis mil imigrantes por ano. No entanto, contrariando suas expectativas e frustrando os planos iniciais, em dez anos (de 1897 a 1907) pouco mais de 3.700 colonos deram entrada nos quatro distritos da colônia. Em 25 anos, a Sociedade Colonizadora Hanseática não conseguiu introduzir na Colônia Hansa mais que o número de europeus previstos para um ano.

Os planos de receber apenas imigrantes alemães também foram se transformando ao longo do tempo. Passaram a ser admitidos colonos de outras regiões da Europa (Jaraguá do Sul, por exemplo, recebeu um contingente de italianos e também de poloneses) e também de outros núcleos coloniais, como os excedentes da Colônia Blumenau, inclusive brasileiros.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha na Segunda Guerra Mundial, os bens e as instituições da sociedade em Santa Catarina passaram a ser administrados pelo Governo Federal e foram incorporados ao Patrimônio Nacional em 1946.

NOTAS

¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Negros em Florianópolis – relações sociais e econômicas. Insular: Florianópolis, 2000.

² CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Laurdes, 1970.

³ PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**⁴ Lei de Interpretação dos artigos diversos da lei das reformas constitucionais – de 12 de maio de 1840. Art.8 – As leis da Província que estão em desacordo com as interpretações nos artigos precedentes, apenas poderão ser consideradas como suprimidas, se esta supressão ocorreu através de uma ata expressa pelo Poder Imperial Legislativo.

⁵ Trecho do relatório do Dr. Blumenau de 1850, intitulado “Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã – fragmentos de notícias, observações e sugestões especialmente para emigrantes”, reproduzido no livro “Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no sul do Brasil”.

⁶ SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972.

⁷ É digno de nota o fato de que, anos mais tarde, o mesmo Sturtz, dispensado do cargo de cônsul brasileiro em 1859, foi um dos agentes que fizeram intensa propaganda contra a emigração ao Brasil e em favor de outros países, como os Estados Unidos e Chile. Estas campanhas contrárias às terras brasileiras foi um dos principais fatores que dificultaram a introdução de alemães nas colônias brasileiras, entre elas a Colônia Blumenau.

⁸ SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972.

⁹ PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. 3ª edição. Ed. Lunardelli: Florianópolis, 1994. Pg. 153.

¹⁰ RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1986. pg. 15.



S Í N T E S E D A I M I G R A Ç Ã O E M S A N T A C A T A R I N A

O P O D E R P Ú B L I C O E O S E M P R E N D I M E N T O S I M I G R A T Ó R I O S

A I M P L A N T A Ç Ã O D A S C O L Ô N I A S

R E S U L T A D O S D A I M I G R A Ç Ã O E M S A N T A C A T A R I N A

A S I T U A Ç Ã O A T U A L

○ PODER PÚBLICO E OS EMPREENHIMENTOS MIGRATÓRIOS

Os depoimentos que comprovam a participação imprescindível do governo do Império e da Província no desenvolvimento das colônias são numerosos.

A participação iniciava-se no estímulo aos empreendimentos privados, que recebiam quantias relativamente vultosas com o compromisso de introduzirem os imigrantes, e prosseguia na contratação dos colonos em obras públicas, de modo a proporcionar os meios de subsistência vitais para os recém-chegados. Essas obras, além da função inicial de garantir o sustento das famílias enquanto as propriedades não fossem produtivas, foram vitais no desenvolvimento da região, excepcionalmente dotada de obras públicas, em especial de estradas e pontes, que puderam ser imediatamente adaptadas quando os veículos mecânicos e as transformações do século XX colocaram as ligações viárias como imperativas ao crescimento econômico.

Tome-se como exemplo os casos das Colônias Blumenau e Dona Francisca, as duas de maior desenvolvimento em todo o estado.

Embora fosse um homem de relativas posses, o Dr. Blumenau havia empregado todos os seus recursos na colônia que fundara, e estava em má situação financeira quando do falecimento de seu pai. Investiu a pequena fortuna que herdara, mas a situação tornou-se novamente difícil pouco depois, apesar dos empréstimos e adiantamentos recebidos do governo. Para sanar esses problemas crônicos, o empreendimento acabou sendo adquirido pelo Governo da Província, que contratou o seu fundador para as funções de Diretor da Colônia, passando a lhe pagar salários. É importante observar que, do preço estabelecido, de 120 contos de réis, foram abatidos 85 contos, que o governo já adiantara a Blumenau! Além desses auxílios diretos, foram constantes as contratações de colonos recém-chegados, principalmente em obras públicas como estradas e pontes. Assim, garantia-se o sustento enquanto este ainda não podia ser tirado do lote e criava-se, em proveito da própria comunidade, uma privilegiada infra-estrutura de transporte. Por volta da década de vinte, o prefeito de Blumenau podia afirmar que seu município “era o mais bem servido do Brasil” em estradas de rodagem. A Colônia Dona Francisca, onde estava em jogo a própria reputação da família real, foi, no dizer de Oswaldo Cabral, “mais que todas as de Santa Catarina a que maior soma de benefícios e importância recebeu”. A contratação dos colonos recém-chegados, principalmente na abertura da “estrada da serra”, e os investimentos variados, feitos até pelo príncipe, garantiram o desenvolvimento da Colônia, até que o ciclo da

erva-mate veio proporcionar-lhe o arranque final. A Colônia Brusque recebeu mais do que auxílio: foi desde o início um empreendimento oficial, criado e inicialmente mantido pelo próprio governo catarinense. Segundo Oswaldo Cabral, “Narram as crônicas que os 59 colonos alemães, que sob a direção do Barão de Schnéeburg fundaram a nova colônia do Itajaí, levaram seis dias a subir o rio... tendo a acompanhá-los não só o Diretor da Colônia como o próprio Presidente da Província, Dr. Araújo Brusque”. Carlos da Costa Pereira relata que, ainda durante a viagem, o Presidente foi solicitado a autorizar o uso de seu nome na designação da nova colônia. Apesar dos vários apelos e discursos, não cedeu, afirmando sempre que se deveria chamar o empreendimento de “Itajaí”. A tradição, entretanto, não seguiu a opinião do dirigente e a colônia foi sempre conhecida por “Brusque”. O empreendimento progrediu sob os cuidados atentos de seu Diretor, que remetia detalhados relatórios ao governo, sempre com pedidos de auxílios, que foram quase sempre atendidos. Cabral narra que “Durante os primeiros seis meses de sua estada, os colonos recebiam uma ajuda de custo destinada à alimentação, pois ainda não seria possível retirar das terras o seu sustento. Havia uma tabela, que conseguimos encontrar, e que era a seguinte: a cada criança até 5 anos se dava uma diária de 150 réis; de 6 a os 13 anos, de 200 réis; de 14 em diante, 400 réis; aos adultos sem família a diária era de 500 réis. Entretanto, cada família não receberia mais de 60 mil réis por mês, nem menos de 30. Além destas diárias, concedia o Governo, a cada colono, 10 mil réis de tabuado (2 dúzias), para a construção da própria casa provisória. O trabalho nas estradas era um subsídio que se acrescia a estes favores iniciais. Venciam os colonos 900 réis por dia de trabalho na abertura de picadas e caminhos, além daquela ajuda de custo, e para não serem prejudicados nos serviços de suas lavouras, o Diretor era obrigado a revezá-los, por turnos, nos trabalhos públicos...”. Com esses estímulos, somados ao desprendimento e capacidade de trabalho de seus colonos, Brusque terminou o primeiro ano de colonização contando já com 406 pessoas.



Selo da planta de distribuição dos lotes da Colônia Nova de Itajaí, mais tarde chamada de Itajaí-Brusque, “fundada em 1860 pelo Ex^{mo}. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, Presidente da Província de Santa Catarina”.

FONTE: Arquivo Histórico Nacional

A IMPLANTAÇÃO DAS COLÔNIAS

Os testemunhos são unânimes em assegurar que o sacrifício exigido dos colonos não foi pequeno, principalmente dos pioneiros que desbravaram as primeiras clareiras. A chegada aos primeiros núcleos representava invariavelmente um golpe poderoso. Os imigrantes esperavam encontrar muito mais do que a mata praticamente virgem que os aguardava, como que apresentando a dura realidade que teriam pela frente. A rudeza dos ranchos, o tamanho da mata, o calor, a falta de provisões, a demora na demarcação dos lotes e do pagamento dos serviços prestados, a ausência de quase tudo o que identificavam como conforto e civilização fizeram com que muitos esmorecessem. As doenças e eclosão de epidemias cobraram um alto tributo de vidas.

Com todas as dificuldades e percalços, engana-se quem analisa a colonização promovida pelos imigrantes como obra exclusiva dos operosos contingentes provenientes da Europa Central e da Itália a partir do século XIX.

Além da participação governamental, também foi importante a colaboração de antigos moradores e conhecedores das regiões onde se instalavam os imigrantes, imprescindíveis nos primeiros anos da colonização e importantes nos seus desdobramentos.

Walter Piazza¹ faz menção ao homem que teria sido encarregado, quando da instalação da Colônia de São Pedro de Alcântara, pela recepção aos colonos recém-chegados:

“A 8 de outubro de 1807, fora concedida a Silvestre José dos Passos uma sesmária de 400 braças de frente na ‘entrada do Sertão do Maruí’ e 800 de fundo, no termo da freguesia de São José da terra firme. Coube-lhe ‘homem inteligente e último morador, no sertão da estrada projetada da capital a Lages’ a tarefa de estabelecer os colonos alemães recém chegados e ser o inspetor da Colônia de São Pedro de Alcântara, pela portaria de 9 de fevereiro de 1829.”

O Dr. Blumenau igualmente se valeu da ajuda de antigos habitantes do Vale do Itajaí para a exploração e fixação de sua colônia: “Acompanhado de seu sócio, Fernando Hackardt e do caboclo² Ângelo Dias, faz explorações ao longo do rio Itajaí-Açú e seus afluentes.”³

Na correspondência dirigida ao Presidente da Província, em que relata os primeiros dias de Brusque, o Barão de Schnéeburg enaltece o auxílio de um antigo morador: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de



Retratos dos primeiros tempos nas colônias. A derrubada da mata, a construção das primeiras choupanas de palha e a fixação das famílias no lote marcaram o início de uma nova vida em um novo mundo para muitos imigrantes.

FONTE: Suíços em Joinville - o duplo desterro, de Dilney Cunha.

V. Excia. que em 4 de agosto corrente (1860), quinto dia de viagem pelo Rio d'Itajaí-Mirim acima, cheguei com a primeira turma de 55 colonos com bom tempo e com muito zelo conduzidos pelo contraente Pedro Werner, (vulgo Pedro Miúdo) ao lugar Vicente Só, cujo proprietário Pedro José Werner os agasalhou com o melhor recebimento no seu espaçoso engenho de farinha”.

Assim foi em todas as colônias. Os primeiros anos foram sempre muito difíceis para as famílias dos colonos. Havia a adaptação ao clima, ao solo e a seus produtos. Além disso, corriam o risco de ataques indígenas que, mesmo não sendo tão freqüentes como desenham alguns relatos, eram iminentes e fazem parte da história de absolutamente todas as colônias que se implantaram em Santa Catarina.

IMIGRANTES E NATIVOS

Ocorre que as terras supostamente desabitadas e consideradas devolutas pelo governo eram, na verdade – e há muito tempo –, ocupadas por grupos indígenas. No litoral, os Carijós haviam sido praticamente dizimados pelos portugueses já no século XVII. Na faixa entre o litoral e o planalto – aonde iriam se fixar os imigrantes a partir do século XIX – permaneciam dois grupos tribais: os Xokleng e os Kaingang. Eram caçadores e coletores e viviam em grupos de 50 a 300 elementos, percorrendo longas distâncias ao longo do ano em busca de alimento. Segundo Sílvio Coelho dos Santos, o tipo de organização e o deslocamento contínuo entre diversas regiões podem dar a ilusão de que seriam grupos bem maiores do que realmente eram.

Por serem mais arredios e selvagens que o grupo do litoral, dificilmente eram capturados ou aculturados. Estavam, na verdade, encurralados entre a ocupação mais densa e mais antiga do litoral e os caminhos do planalto, que ligavam o Rio Grande do Sul a São Paulo e que em Santa Catarina deram origem à cidade de Lages e às fazendas de criação nessa mesma linha. A única terra que restava então aos Xokleng e aos Kaingang era, justamente, aquela que faria parte, a partir de 1829 – e com mais afinco a partir de 1850 – dos projetos de colonização da província.

Os planos do governo iam muito além de uma ocupação do território pura e simplesmente, mas visavam à fixação de grupos europeus brancos, considerados “civilizados”, em oposição aos grupos autóctones, acerca dos quais persistiam dúvidas, inclusive sobre a própria condição humana.

Por melhores que possam ter sido as intenções do governo no que se refere à colonização de parte do território brasileiro por imigrantes europeus não-ibéricos, e por mais impressionantes que possam ser os seus efeitos, não se pode deixar de ter em mente que os resultados alcançados deram-se em prol de alguns grupos e em detrimento de outros. Ao colocar nativos e colonos frente a frente, muitas vezes disputando o mesmo espaço, o governo acabou criando uma situação de tensão e embate que era, na realidade, injusta para os dois lados.

O imigrante, a partir do momento em que adquiria seu lote através de pagamento, legalmente era o dono da terra. Por outro lado, os grupos que aqui já estavam também o eram legitimamente.

“Aos indígenas os colonos eram intrusos indesejáveis, trataram assim de intimidá-los. Por outro lado, os colonos que se consideravam civilizados, referiam-se ao perigo indígena.

A atitude hostil dos colonos, na sua maioria protestantes, frente aos indígenas, não se diferenciava substancialmente da atitude dos colonos portugueses do século XVI. Os imigrantes alemães adotaram a terminologia local, denominando os indígenas de bugres⁴.

Mas, à proporção que esses civilizados iam adentrando as florestas, ou subindo o grande e o pequeno Itajaí, foi mister usar de violência para conter os silvícolas que, de quando em quando, lhes atacavam as moradias, destruindo as plantações, roubando e matando”⁵.

Para combater tais ataques, os colonos armavam verdadeiras caçadas pela mata e algumas colônias eram providas de uma Cia. de Pedestres, que nada mais era que um grupo especialmente designado para proteger as colônias dos ataques de “bugres” e que, juntamente com os chamados “bugreiros”, tratavam de afugentar e perseguir os nativos pela floresta densa. Aos poucos, os nativos foram sendo escorraçados, mortos ou empurrados para fora dos limites das colônias.

Por outro lado, a idéia de nativo selvagem incrustada na cabeça de alguns colonos era muitas vezes fantasiosa e alimentada pela propaganda contrária à imigração para o Brasil disseminada na Europa. Em vários casos o próprio indígena – ou mestiço – foi o guia e instrutor dos colonos para o estabelecimento de seus empreendimentos.

Silvio Coelho, estudioso do grupo Xokleng, discorre sobre a curiosidade que os índios tinham sobre o modo de vida dos brancos e traça, a partir daí, uma linha que vai da convivência pacífica até a disputa de terras:

“É necessário ter presente também, que os Xokleng, embora arredios ao contato, tinham pleno conhecimento da presença dos brancos e a ela haviam se acostumado. A própria topografia, com as altas serranias próximas às vilas do litoral, facilitou ao índio observar o branco, sua vila e sua talha. Embora as informações sobre este aspecto das relações entre índios e brancos sejam praticamente nulas, é fora de dúvida que os Xokleng várias vezes se aproximaram para observar o que faziam os brancos. O fato de utilizarem o ferro nas pontas de suas lanças e flechas, à época da pacificação, corrobora isso. Não imagine, contudo, que o índio observava o branco para atacá-lo. Não, a observação era de forma a saciar a curiosidade sobre o novo habitante, sobre suas roupas, armas, casas, etc. Mas por volta de 1850 as decisões que se haviam tomado na Europa, na capital do Império e nas capitânias das Províncias do Sul tiraram aos Xokleng qualquer possibilidade de fuga: seu território estava cercado e pronto para ser conquistado. Ao mesmo tempo, essas decisões deram origem a uma distribuição de papéis entre personagens que não tinham possibilidade de livre e conscientemente aceitá-los. Assim, nessa altura, estava armado o cenário e os principais atores, o índio, o colono e o bugreiro, começavam a representar o que lhes fora reservado. O teatro trágico estava definitivamente iniciado.”⁶

Os embates com índios ficaram mais freqüentes à medida que aumentava o número de colônias e, conseqüentemente, tomavam-se as terras que até então eram usufruto dos indígenas. Uma das passagens mais conhecidas de ataque dos bugres ocorreu na Colônia Blumenau, na ausência de seu administrador, que se encontrava em viagem a Desterro. O registro foi feito e remetido ao Dr. Blumenau pelo professor Ostermann e fornece elementos interessantes sobre o assunto:

“Velha, 29 de dezembro de 1852. Mui prezado senhor Doutor. Um importante acontecimento obriga-me a escrever-lhe esta carta. Ontem à tarde, depois da hora de descanso e de haver tomado café, fui ao jardim para plantar feijão, enquanto meus companheiros Schramm e Troepel se ocupavam em limpar as suas espingardas e carregá-las novamente. Enquanto estavam neste mister, ainda brincavam dizendo: ‘agora estamos preparados para receber bugres caso eles venham nos atacar’.

De repente ouviram gritos saídos da roça de mandioca.

Schramm foi ao dormitório, que ficava em cima, para ver o que se passava e viu três bugres no alto, ao lado do rancho de secar tijolos e telhas. Tomou, rapidamente da espingarda e correu em direção aos bugres. Estes recuaram um pouco. Neste momento, aos chamados de Schramm, deixei o jardim e entrei em casa, Schramm procurou, então, falar aos bugres, por mímica, largando a espingarda no chão e mostrando-lhes um ramo verde como sinal de paz.

Os três bugres conferenciaram entre si. O cacique se achava dentro da plantação e dali dirigia o assalto, ordenou-lhes e mais a outros bugres que se achavam escondidos, que atacassem a casa e os moradores. Os bugres avançaram e Schramm levantou a arma do chão.

Nesse ínterim, Toepel havia carregado as restantes espingardas existentes.

Eu e a criada Lisette, que estava muito assustada, apressamo-nos em ir de canoa, até a embocadura do Garcia para chamar os homens ali ocupados. No lugar ‘Velha’, achavam-se, no momento, só quatro homens.

Embarcamos na canoa sete homens, entre os quais Fritz Deschamps e W. Friedenreich. Os restantes seguiram por terra até a Velha. Quando chegamos perto do local do assalto, ouvimos alguns tiros. Schramm e Toepel tinham recuado de propósito até o sótão da casa nova para animar os bugres a se aproximarem. Existia pouca pólvora e chumbo e era preciso ganhar tempo até que chegassem os homens do Garcia.

Cinco bugres aproximaram-se apressadamente da casa e entraram na sala, examinaram a mobília e começaram a carregar, com muita alegria tudo quanto achavam bom. Ressoou, nesse momento, um tiro, partindo do sótão da casa e um dos bugres foi ferido no ombro. O ferido e os demais assaltantes, com gritos e lamentos, abandonaram precipitadamente a casa entrando na roça de mandioca. Enquanto fugiam, atiraram muitas flechas visando aos atacantes das janelas das casas, felizmente sem ferir ninguém.

Schramm e Troepel atiraram também contra os fugitivos, ferindo dois deles. Um caiu, mas auxiliado por seus companheiros pôde entrar na roça de mandioca e, dali, no mato. Como já fosse noite fechada, deixamos de perseguir os bugres. Os homens que comigo tinham vindo do Garcia chegaram pouco depois da fuga dos bugres e pernoitaram conosco na Velha. Perto da casa e nas imediações da roça encontramos 4 arcos e 8 flechas.

Ao romper o dia 29, principiamos, com a assistência de Schramm, a perseguir os bugres. Entrando no mato, logo atrás da plantação de mandioca, achamos um bugre ferido, sem sentidos, em estado gravíssimo. Mandei sem demora, chamar o Sr. Friedenreich para ver o moribundo. Antes, porém dele chegar, o bugre faleceu.

Era uma figura aliás, robusta. Tinha aproximadamente, 20 anos e, no lábio inferior, um pedaço de madeira, característico da tribo dos botocudos. Transportamos o cadáver e demo-lhes sepultura.

Avisei o comandante do destacamento dos soldados de Belchior para mandar percorrer os vales do ‘Velha’ e do ‘Garcia’.

Comunicando estes fatos, observo que aqui continuamos sempre com coragem e trabalho para adiantar a Colônia. Esperando suas ordens ou seu pronto regresso, subscrevo-me com toda estima. (Ass.:) F. Ostermann.²⁷

Carlos Ficker, na sua História de Joinville, também faz menção aos ataques indígenas sofridos pela Dona Francisca, transcrevendo trecho de carta escrita pelo diretor da colônia, Ottokar Doerffel:

“Cinco dias após a visita do Presidente Thomé da Silva (ocorrida no dia 18 de novembro de 1873), registrou-se o primeiro ataque de bugres na Colônia Dona Francisca.

O aborígene foi sempre o terror dos colonos, apesar de a Colônia ou Joinville até essa data nunca ter sofrido um ataque dos selvagens. Verdade é que, em 1836, uma família brasileira inteira foi aniquilada pelos bugres, no local onde, em 1852, o norueguês Peter Lyng instalou a olaria, hoje esquina da rua do Príncipe e rua São Pedro. Desde então não se registrara qualquer assalto. As primeiras referências aos bugres foram feitas em 1862 por August Wunderwald, quando este encontrou nas suas excursões na Serra das Duas Mamas, vestígios de acampamentos gentios.

Agora, a 25 de novembro de 1873, traiçoeiros e atacando de emboscada, os bugres assaltaram a casa do Sr. Johann Lenschow, último colone em direção ao Vale do Rio Seco, na Estrada da Serra. Repentinamente, como era tática do silvícola, saltaram do mato uns 30 ou 40, gritando e flechando Lenschow, sua mulher e uma filha de 7 anos. [...]

Os bugres apoderaram-se dos objetos encontrados na casa de Lenschow, seus machados, enxadas, petrechos de cozinha e alcochoados, desaparecendo em seguida na selva.”⁸

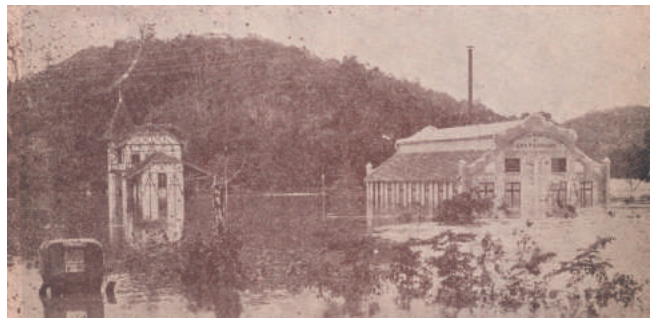
A escassez cada vez maior de recursos que provinham o sustento dos índios – que já estavam minguados antes da chegada dos imigrantes e que, após a implantação das colônias, passaram a ser cada vez mais difíceis – forçava-os a armar ataques como esse, num ato desesperado de sobrevivência.

Houve tentativas de catequizar os índios, porém sem muito sucesso, pois, por serem arredios, embrenhavam-se nas matas onde os padres capuchinhos jamais ousariam se aventurar. São raros os casos como o de Itaiópolis, onde se considera ter havido algum sucesso nesse tipo de empreendimento:

“No contato com os índios, podemos citar duas importantes personagens: Eduardo de Lima e Silva Hoerhmann, sobrinho-neto do Duque de Caxias, indianista, e o Padre João Kominek. Este, com a colaboração de Eduardinho, depois de muitos perigos e sacrifícios, conseguiu batizar grande número de silvícolas. Com o seu trabalho e dedicação, ficou preservada a cultura dos botocudos do Taió, bem como impedida a sua extinção pela violência”⁹.

A presença do índio está marcada até hoje nas regiões onde se fixaram os imigrantes. Muitos lugares fazem referência explícita, através da toponímia (Itapocu, Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim, dos Bugres, Itoupava, Timbó, Indaial, Itaiópolis...), à existência dos grupos que precederam a chegada dos colonos europeus. Algumas terras indígenas (como é o caso da Reserva de Ibirama) estão hoje localizadas às margens das antigas colônias, o que nos permite uma leitura da sua paulatina expulsão de um espaço amplo para o confinamento em algumas poucas áreas, onde sobrevive uma pequena parcela de seus descendentes.

AS ENCHENTES



Além dos impasses com os índios, outros problemas precisaram ser enfrentados e resolvidos pelos primeiros imigrantes. A demora na demarcação dos lotes foi quase uma constante nas diversas colônias, forçando os imigrantes a passarem os primeiros tempos em condições precárias, em ranchos improvisados, sujeitos a doenças de todos os tipos e atrasando o início das plantações que lhe proveriam o sustento necessário.

Porém, mais graves do que as dificuldades dos primeiros dias, provocadas pela desorganização e falta de infra-estrutura inicial, foram os estragos causados pelas enchentes que, desde os primórdios, assolaram muitas das colônias de Santa Catarina – a colônia Blumenau é a mais representativa disso –, pondo abaixo boa parte dos esforços e dos trabalhos iniciais.

“Em novembro de 1855, chuvas continuadas fizeram transbordar o Itajaí e seus afluentes, alcançando as águas a altura de 9 e meio metros acima do normal, provocando perigosa inundação do povoado. Casas foram alagadas e algumas arrasadas, plantações destruídas.

Esse foi um duro golpe no estabelecimento, que crescia com tantas dificuldades e tantos sacrifícios. [...]

O próprio Dr. Blumenau perdeu a casinha onde morava, arrancada pela fúria das águas e levada rio abaixo.”¹⁰

De norte a sul, quase todas – se não todas – as colônias sofreram, em maior ou menor grau, com os transtornos decorrentes das enchentes.

Wilson Carlos Rodycz, ao falar sobre os primeiros anos da Colônia Lucena, também faz menção às dificuldades causadas pelas intempéries, que vieram agravar as condições já precárias dos primeiros tempos da colônia:

“Os problemas aumentaram a partir de 21 de junho de 1891 em razão da grande enchente ocorrida na região, inundando os barracões de alojamento dos imigrantes, tanto em Curitiba como em Rio Negro e também nos outros núcleos do vale do rio Iguaçu.”¹¹

Os problemas acarretados com a cheia dos rios geravam desânimo e descontentamento àqueles que vinham com a esperança de começar uma vida nova e próspera. Não que se ignorassem os percalços por que deveriam passar, mas a sensação de perda e o trabalho de reconstrução são sempre piores que o enfrentamento de qualquer dificuldade inicial.

Imagens da enchente em Blumenau no ano de 1911.

FONTE: Publicação comemorativa sobre o Centenário de Blumenau, 1950.

AS ESTRUTURAS BÁSICAS DAS COLÔNIAS

Superadas as situações mais aflitivas, os primeiros anos das colônias resumiam-se ao trabalho árduo na pequena propriedade que deveria produzir o suficiente para o sustento da família, além de um excedente que pudesse ser trocado ou comercializado.

Havia também que prover a própria colônia, como um todo, da infra-estrutura que possibilitasse ao imigrante uma vida mais cômoda e uma atividade social permanente. Paulatinamente, construía-se serrarias, olarias, moinhos e atafonas, e o núcleo principal se condensava ao redor das casas comerciais, igrejas, escolas e salões. Pouco a pouco, estabelecia-se uma “ordem urbana” e o isolamento no lote deixava de ser regra.

Nas áreas de colonização alemã implantadas no Brasil, o isolamento de grupos de colonos é uma das características marcantes, em especial nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. “O isolamento, as dificuldades de implantação de serviços públicos e a homogeneidade étnica levaram os imigrantes alemães a se estabelecer, comunitariamente, nos moldes mais próximos possíveis de sua região de origem.” Logicamente, não se pode falar de uma homogeneização no sentido estrito do termo, já que podemos identificar, dentre o grupo que chamamos alemães, badenses, prussianos e bávaros, entre outros, assim como uma mistura entre católicos e protestantes. No entanto, as diferenças dentro do grupo diminuía em virtude de três razões principais: o *Deutschtum*, a presença de indivíduos de outras etnias (poloneses, italianos, belgas, suíços...) e a solidariedade entre os colonos, derivada dos problemas inerentes à colonização.



As casas comerciais, como a Cia. Jensen, eram um dos principais focos da vida econômica e social das colônias alemãs.

FONTE: Publicação comemorativa do Centenário de Blumenau.

É importante ressaltar que os grupos de colonos alemães foram os primeiros a ingressar no país com o objetivo de levar a cabo o projeto imigratório para ocupação de terras devolutas. As colônias eram pouco a pouco implantadas, os lotes levavam anos para serem demarcados e em muitos casos o colono só tinha acesso as suas terras se ele próprio abrisse as primeiras picadas.

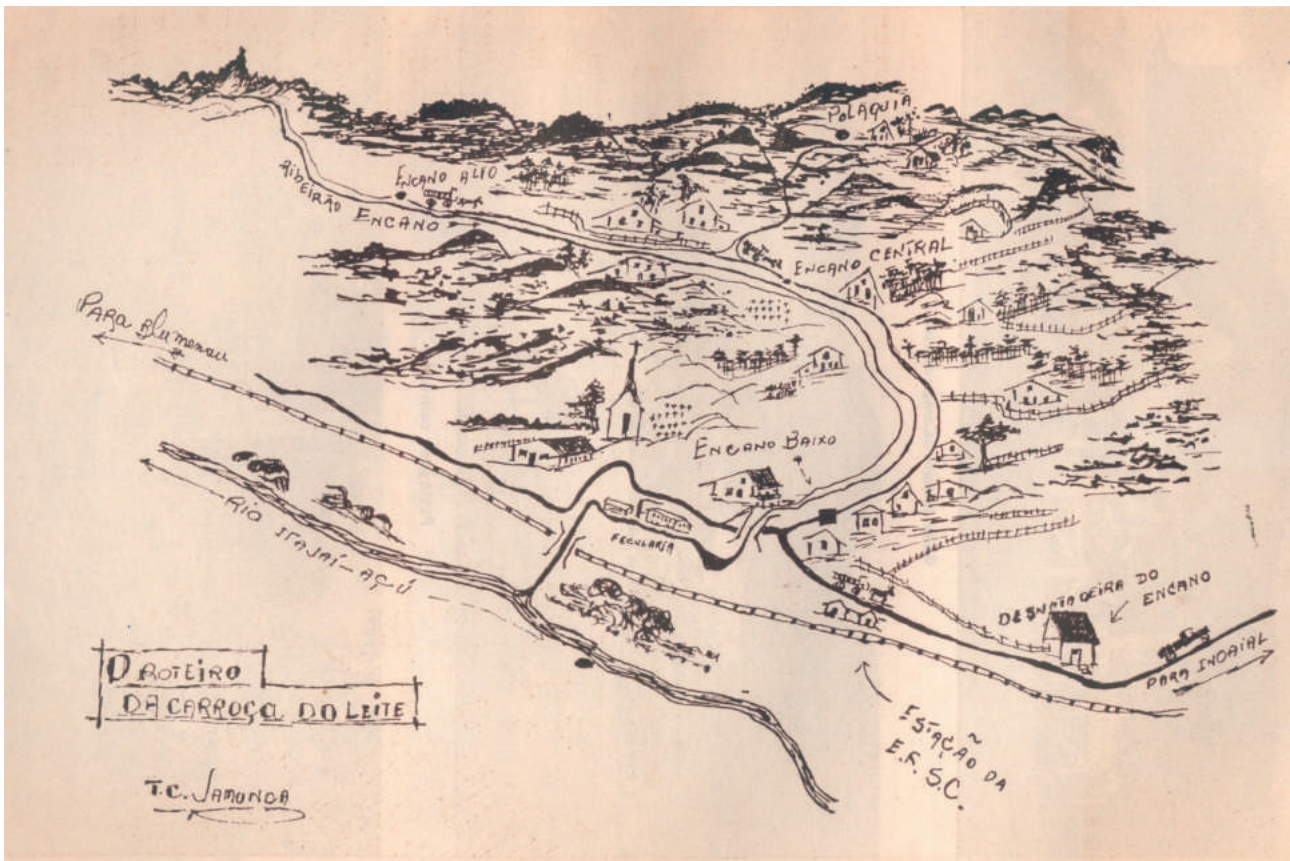
Nesse contexto, sobressai a idéia da construção de uma nova pátria (Heimat) em um local inicialmente selvagem. O trabalho alemão é visto como essencial ao desenvolvimento da região, em oposição à “preguiça e insolência cabocla”.

Alemães, italianas, polonesas, ucranianas, húngaras, suíças, belgas... Não importam as origens dos imigrantes, o fato é que, em todas elas, os grupos recém-chegados passaram por experiências muito similares e, com o passar dos anos, trataram de prover os lugares onde fixaram seu novo lar das infra-estruturas necessárias ao desenrolar da sua vida cotidiana, a exemplo do que estavam habituados nas suas terras de origem.

Falaremos mais detalhadamente das estruturas implementadas nas colônias no próximo capítulo, ao tratar das funções da arquitetura. As edificações e os núcleos coloniais derivados desse arranjo formam a base do patrimônio construído pelos imigrantes e refletem até hoje o arranjo sócio-econômico instituído nas colônias.

O desenho ilustra com simplicidade a estrutura colonial de Encano, entre Blumenau e Indaial. Nota-se a presença da igreja e dos comércios próximos à estrada principal, a partir da qual partem as estradas que margeiam o Rio Encano, onde estão distribuídos os lotes coloniais.

FONTE: Publicação comemorativa do Centenário de Blumenau.



RESULTADOS DA IMIGRAÇÃO EM SANTA CATARINA

O processo imigratório instaurado em todo o Brasil a partir do século XIX trouxe como resultado o crescimento populacional, juntamente com o incremento etnográfico e o desenvolvimento econômico de muitas regiões que tinham ficado, até então, às margens do processo colonizador.

Em todos os estados do sul e em alguns lugares do sudeste do país esse processo significou uma tomada de rumo para o futuro. O fluxo migratório iniciado a partir da abertura dos portos, e que durou mais de um século, determinou definitivamente os traços econômicos e culturais da região sul, opondo-se drasticamente àqueles existentes ao longo do período colonial.

Em Santa Catarina, essa demarcação está expressa no surgimento de inúmeras cidades que se tornaram, em um curto espaço de tempo, pólos de desenvolvimento industrial e populacional, ao contrário da estagnação das vilas instaladas no litoral ainda no período colonial.

Em um século de imigração, estima-se que o Brasil tenha recebido um número aproximado de 5 milhões de imigrantes, a grande maioria nos estados do sul, multiplicando várias vezes o seu contingente populacional.

Proporcionalmente, o grupo de alemães é o mais representativo, chegando a cerca de 40% de descendentes no estado. Seguem-se os descendentes de italianos, que somam um total aproximado de 30% da população. Os poloneses representam uma fatia em torno de 5% dos descendentes de imigrantes. É importante ressaltar que alguns pesquisadores consideram subquantificados os dados oficiais a respeito da imigração polonesa ao Brasil, vistas as complicações políticas e territoriais daquele país à época do fluxo migratório, que faziam com que os imigrantes poloneses (a eles somados os ucranianos, considerados minoria étnica) fossem, em muitos casos, quantificados como russos, austríacos ou mesmo alemães.

Muitas novas cidades surgiram a partir do desenvolvimento dos principais núcleos coloniais do estado. Algumas delas formam hoje pólos econômicos importantes e caracterizam-se pelo rápido crescimento urbano. São exemplos expressivos dessa mudança as cidades do Vale do Itajaí, derivadas da Colônia Blumenau.

Duas das três maiores e mais importantes cidades do estado – Joinville e Blumenau – derivam desse processo colonizador. São consideradas resultado das duas mais prósperas colônias instaladas em terras catarinenses – Dona Francisca e Blumenau, respectivamente.

Situado entre as seis cidades catarinenses que possuem hoje um contingente populacional entre 100.000 e 200.000 habitantes, encontra-se Jaraguá do Sul, outro núcleo formado em decorrência do processo colonizador. É uma das cidades economicamente mais importantes e também uma das que mais cresce. Em contraste com o crescimento urbano acelerado, Jaraguá do Sul possui um importante e expressivo conjunto de bens históricos e paisagísticos ao longo das estradas que cortam a área rural.

Rio do Sul, Brusque, São Bento do Sul e Mafra encontram-se entre as nove cidades catarinenses com população entre 50.000 e 100.000 habitantes e são, também, possuidoras de um patrimônio histórico expressivo, tanto nas áreas centrais quanto no meio rural.

Todas as demais cidades catarinenses encontram-se ainda abaixo da faixa de 50.000 habitantes. Algumas estão em franca expansão e tendem à conurbação com suas vizinhas (como é o caso de Indaial e Timbó).

A S ITUAÇÃO A TUAL

Desde a chegada dos primeiros imigrantes até 1915, as transformações das regiões ocupadas pelos colonos foram relativamente lentas. A Primeira Grande Guerra Mundial veio modificar substancialmente a vida econômica e a atividade produtiva em geral. País tradicionalmente importador de bens industriais, o Brasil se viu subitamente na contingência de não ter como suprir as suas demandas, uma vez que os países fornecedores concentraram sua produção no esforço de guerra.

Com o processo de industrialização instaurado na região, as transformações sociais e econômicas mostraram seu efeito. Cidades como Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul desenvolveram-se rapidamente e muitas das suas áreas rurais transformaram-se em distritos industriais e urbanos. Como resultado, uma grande parcela da paisagem histórica está hoje sob ameaça, devido à expansão e à transformação rápida da área. Em muitos casos, as áreas rurais – onde se encontra a parcela mais expressiva do patrimônio do imigrante, representada pelas pequenas propriedades rurais e seu conjunto construído – têm sido englobadas no perímetro urbano das cidades em expansão, resultando na rápida e implacável transformação da paisagem cultural. O mesmo ocorre no centro das cidades, antigo núcleo colonial. As ruas principais guardam no seu traçado o testemunho do embrião da colônia, mas poucas são as edificações que resistiram e que continuam resistindo.

Algumas situações são devastadoras, como é o caso de Jaraguá do Sul, que, frente ao crescimento econômico e industrial e à pressão imobiliária decorrente desse processo, viu perder-se uma parcela considerável do seu acervo histórico. São Bento do Sul, Joinville, Blumenau e Urussanga tiveram edificações do seu centro histórico tombadas pela Fundação Catarinense de Cultura a partir de 1998, um reconhecimento relativamente recente. Na mesma

época, foram tombadas também algumas unidades isoladas das áreas rurais de Pomerode, Indaial, Guabiruba, Timbó e Orleans, e ainda em Joinville, São Bento do Sul e Jaraguá do Sul.

NOTAS

¹ **A Colônia de São Pedro de Alcântara no contexto da colonização alemã em Santa Catarina**, Walter Piazza in JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história.**

² Caboclo neste contexto não refere-se apenas ao mestiço, mas qualquer outro indivíduo que não seja imigrante europeu (colono). Assim, os habitantes de origem açoriana encontrados no litoral são também considerados caboclos, e vistos preconceituosamente como um povo atrasado, em oposição ao alemão civilizado.

³ RODYCZ, Wilson Carlos (org.). **Colônia Lucena – Itaiópolis – Crônica dos imigrantes poloneses.** Florianópolis: BRASPOL, 2002.

⁴ Bugre deriva do francês bougre, patife, porcalhão.

⁵ **Imigração, colonização e terra indígena**, Prof. Dr. Hans-Jürgen Prien – Universität zu Köln/ Alemanha e do Instituto de História Ibérica e Latino-americana in JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história.**

⁶ SANTOS, Sívio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**

⁷ SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau.** Florianópolis: Edeme, 1972.

⁸ FICKER, Carlos. História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca. 2ª. Edição. Imprensa Ipiranga: joinville. 1965. pág. 283.

⁹ KOLLROSS, Izabel. **Tópicos da imigração polonesa em Itaiópolis** in Colônia Lucena – Itaiópolis: crônica dos imigrantes poloneses.

¹⁰ SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau.** Florianópolis: Edeme, 1972

¹¹ RODYCZ, Wilson Carlos. **Panorama da história da imigração polonesa para a Colônia Lucena** in Colônia Lucena – Itaiópolis: crônica dos imigrantes poloneses.

